

FORMAÇÃO CONTINUADA E INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL

ANA MARIA NASCIMENTO

Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Ceará- UECE.

E-mail: rinaestrela@gmail.com

ELINALVA ALVES DE OLIVEIRA

Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Ceará – UECE.

E-mail: elinalvaalves@yahoo.com.br

Introdução

A educação de pessoas com deficiência no Brasil tem vivenciado um contexto de mudanças, experimentando diversas formas e abordagens inicialmente as atitudes eram segundo a concepção clínica de atendimento para em seguida vivenciar novos modelos alcançando atualmente, a proposta de inclusão social. A Declaração de Salamanca, preceito oficial precursor desse movimento, vem contribuindo para a alternativa bem como os aportes legais como a Constituição Brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394/96, os Parâmetros Curriculares Nacional, que vieram difundir e sedimentar a proposta da inclusão de educando com deficiência, garantindo condições para o acesso e a permanência na escola regular, devendo, pois, prover professores especializados.

Em virtude da necessidade e poder contar com presença do professor especialista é que inicia a preocupação com a formação e o desenvolvimento profissional de professores que se intensificam cada vez mais em razão de considerar-se a formação continuada passagem obrigatória e, assim na formação continuada fazer face às situações de fragilidades recorrentes na formação inicial.

Diante dos desafios da sociedade tecnológica, considerados por muitos como pós- moderna, a formação do educador precisa dar suporte teórico e prático de conhecimentos consistentes para que sua prática educacional não fique estagnada no tempo. Neste

sentido, faz-se necessário aprofundarmos discussões e debates em torno dessas questões na tentativa de contribuir para na reflexão no campo da formação dos professores, a partir de algumas experiências vivenciadas na Associação de Cegos do Estado do Ceará¹.

A problemática da pesquisa está explicitada na seguinte questão: como os professores percebem a inclusão escolar no contexto da escola pública, considerando os aspectos históricos e legais e a formação que recebem para atuar neste campo? Trata-se de abordagem qualitativa baseada na teoria de Mazzota, Carvalho, Oliveira, entre outros que discutem a educação inclusiva. Foi realizada uma investigação exploratória em duas etapas: 1) primeiro realizou-se uma pesquisa documental ressaltando a trajetória das pessoas com deficiência visual a proposta inclusiva e a formação continuada dos educadores 2) a empírica com professores da escola pública que têm alunos com deficiência visual. Como instrumento de coleta utilizou-se de entrevista semiestruturada.

A discussão inicia-se com uma reflexão sobre as atitudes sociais à pessoa com deficiência visual: ontem e hoje, considerando dados históricos do Brasil e do Mundo. Na sequência, menciona-se uma reflexão sobre a formação continuada dos docentes com olhos voltados para as práticas inclusivas, baseada nos princípios citados pela Declaração de Salamanca e por fim, se apresenta as considerações finais.

Atitudes Sociais à Pessoa com Deficiência Visual: Ontem e Hoje

Os estudos voltados aos direitos das pessoas com deficiência não estão dissociados dos fatos históricos, uma vez que são reveladores da evolução da sociedade e da conseqüente edição de suas leis. Dessa forma, apresenta-se uma breve incursão histórica para melhor

1 Associação de Cegos do Estado do Ceará – ACEC é uma instituição de natureza filantrópica sem fins lucrativos, fundada em 9/11/1985 em Fortaleza – Ceará, mas suas ações educacionais e de formação abrange todo o Estado.

compreensão da presença desse indivíduo no cenário histórico da civilização onde essas pessoas eram percebidas historicamente como aleijadas, deformadas ou débeis, uma vez que predominou por muito tempo na sociedade, o princípio da eugenia. Nos dizeres de Carvalho (2008, p. 31): “A retomada do processo de civilização permite identificar a situação de exclusão a que têm sido submetidas às pessoas em situação de deficiência. Na mais remota antiguidade era considerada estorvos, como empecilhos, e, por isso, exterminadas”.

Sendo assim, não se tem notícias, nem indícios de como os primeiros grupos de seres humanos existentes na Terra tratavam às pessoas com deficiência. Por suposição temos a crença que estas não sobreviveram ao ambiente hostil da época. O que concorre para tal afirmação são os apontamentos históricos que afirmam não haver naquela época abrigo satisfatório para dias e noites de frio intenso e de calor insuportável.

Em meios a essas atitudes de maus tratos, extermínios, destaca-se Homero famoso dentre os poetas gregos, cego. Escreveu os belos poemas de *Íliada* e *Odisseia*. Em Alexandria foi criada a primeira universidade de estudos filosóficos e teológicos de grandes mestres, dentre eles, Dídimo, que perdera a visão no período em que começava a ler e escrever, aos cinco anos de idade, mesmo assim, deu continuidade aos estudos, gravando o alfabeto em madeira para utilizar o tato, conhecia e recitava a Bíblia de cor.

É possível pontuar Luís de Camões (1524 – 1580), o poeta de “*Os Lusíadas*”, que ficara cego de um dos olhos, em batalha no Marrocos, assim como John Milton (1608-1674), um dos maiores poetas ingleses, cego que com o apoio de escriba e leitor, deixou vasta produção, dentre elas *Paraíso Perdido*. Oliveira (2008, p. 29) aponta que: “a despeito de toda adversidade, inúmeros são os registros históricos, em variadas épocas, onde personalidades cegas superaram principalmente as adversidades sociais e as próprias limitações visuais, conseguiu destaque em diferentes ramos da literatura, artes, filosofia e nas ciências em geral”.

Ainda sobre o tema, encontra-se na obra de Platão, “A República”, e Aristóteles, no livro “A Política”, preocupação e incômodo trazido pela presença daqueles com deficiência e assim ao trataram do planejamento das cidades gregas sinalizaram que as pessoas nascidas “disformes” deviam ser eliminadas.

O extermínio poderia vir por exposição, abandono ou, ainda, por ser atiradas do aprisco de uma cadeia de montanhas chamada Taygetos, na Grécia. Magalhães (2003, p. 30), afirma que “as crianças que nasciam com deficiência passavam por um processo de seleção natural, na medida em que as pessoas se adaptavam à estrutura organizacional da sociedade basicamente em função da sua capacidade física”. Na análise de Mazzota (2005) percebe-se que as religiões cristãs que colocavam o homem como “imagem e semelhança de Deus” contribuíram com a ideia de que os “não perfeitos” deveriam ser excluídos da sociedade.

Na divisão histórica, esse período trouxe marcantes avanços para as pessoas com deficiência, sobretudo no que se refere às ajudas técnicas ou equipamentos tecnológicos assistivos. A humanidade, não obstante os sucessivos conflitos vêm buscando organizar-se coletivamente procurando enfrentar a problemática trazida pela deficiência e para melhor atender ao segmento, outrora tão estigmatizado.

Por volta dos anos de 1902 até 1912, cresceu na Europa a formação e organização de instituições voltadas para preparar a pessoa com deficiência. Levantaram-se fundos para a manutenção dessas instituições, sendo que havia uma preocupação crescente com as condições dos locais aonde as pessoas com deficiência abrigavam-se. Já começavam a perceber que estas deviam participar ativamente do cotidiano e integrarem-se na sociedade.

O século XIX, apoiado nos reflexos das ideias humanistas da Revolução Francesa, passando a propiciar visibilidade a esse segmento, destinando-os além de hospitais, abrigos, atenção especializada. É nesse período que se inicia a constituição de organizações para entender a problemática trazida por cada deficiência. Arsênio

(2007) diz com propriedade que: “É somente no fim da Idade Média e início do Renascimento, que a perspectiva religiosa cede lugar a perspectiva da razão, na qual a deficiência passa a ser analisada sob a ótica médica e científica” (ARSÊNIO, 2007, p.17).

Em virtude do desfecho sangrento das Guerras no Mundo, difundem-se os orfanatos, os asilos e os lares para crianças com deficiência física. Grupos de pessoas organizam-se em torno da reabilitação dos feridos, principalmente nos Estados Unidos e Alemanha.

Na Alemanha, nos anos seguintes, efetiva-se o primeiro censo demográfico de pessoas com deficiência, cujo objetivo era organizar o Estado e assim atender a essas pessoas. Nos Estados Unidos, realizou-se a Primeira Conferência da Casa Branca sobre os Cuidados de Crianças Deficientes e, na cidade de Boston, em 1907, a Goodwill Industries organizou as primeiras turmas de trabalho protegido de pessoas com deficiência nas empresas. Mazzota (1996) confirma que,

Os primeiros movimentos contra a exclusão de deficientes desenvolveram-se na Europa, expandindo-se para os Estados Unidos, Canadá, e posteriormente, para outros países. Iniciaram-se no Brasil, no século XIX, através da organização de serviços para atendimento educacional a cegos e surdos, deficientes mentais e físicos (MAZZOTA, 1996, p. 18).

Em 1784 surgiu em Paris, primeira escola para cegos no mundo, o Instituto Real dos Jovens Cegos, idealizado por Valentin Haüy inventor de um sistema de leitura tátil, representando as letras do alfabeto em relevo para ensino de cegos, permitindo assim o reconhecimento tátil. Porém o método sem efetividade se mostra demorado e cansativo. Mesmo assim, merece destacar a iniciativa de Haüy. Mazzotta (1996) diz que, “no atendimento aos deficientes da visão, deve ser destacado o papel de Valentin Haüy, que fundou em Paris o Institute Nationale des Jeunes Aveugles (Instituto Nacional dos Jovens Cegos), no ano de 1784” (MAZZOTTA, 1996, p. 18).

Em 1819, o invento de Charles Barbier de La Sierre, oficial do exército francês, passou a ser utilizado na instituição escolar de Haüy, o processo de escrita testado pelos soldados na transmissão de mensagens no campo de batalha por ocasião das guerras internas na França. Esse código era formado por doze pontos salientes representando os trinta e seis sons básicos da língua francesa, com ele, a identificação das letras tornou-se mais fácil e consequentemente, deu velocidade na leitura.

Dez anos depois, em 1829, Louis Braille (1809 -1852), um jovem cego de origem francesa estudante do Instituto Real dos Jovens Cegos, contando apenas dezesseis anos de idade, após inúmeras tentativas e estudos sobre métodos de leitura e escrita para cegos, desenvolveu um sistema para leitura tátil e escrita, denominado por mérito ao autor “Sistema Braille”, estruturado por seis pontos em relevo, dispostos em duas colunas de três pontos lado a lado, que combinados entre si, formam um código de sessenta e três sinais. O invento, até os dias atuais, não encontrou substituto ou sofreu alteração, sendo dessa forma, o meio de leitura e escrita mais eficaz disponível para as pessoas cegas no mundo.

Apesar das conquistas auferidas na trajetória das pessoas cegas, percebe-se que o poder público esteve distante dessas questões e, até nos EUA, país com boa condição social e econômica, a primeira escola mantida pelo estado é fundada somente no ano de 1837, despertando a sociedade para a obrigação do governo em propiciar e arcar com a educação de pessoas com deficiência.

Somente no fim do século XX o Brasil começou a seguir as recomendações da educação inclusiva mundial no sentido de que todas as escolas estivessem preparadas para receber todos os alunos, até mesmo os que apresentassem algum tipo de deficiência, pontuações que resultaram das discussões efetuadas na Espanha em 1994, idealizando a Declaração de Salamanca, encontro em que o Brasil se fez representar. Destaca-se como avanço nesta década a promulgação da LDBEN nº 9.394/96 Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional, ainda vigente, que reconhece no Sistema brasileiro a educação especial como modalidade. Com base nas discussões apontadas, se inicia a seguir um debate acerca da formação continuada de docentes com vistas às práticas inclusivas.

A Formação Continuada Docente e os Permanentes Questionamentos

A temática, formação de professores é atravessada por vários dilemas. Aqui, porém, aborda-se apenas aquele derivado dos dois modelos mencionados de formação docente. Dilema é, segundo os dicionários, uma “situação embaraçosa com duas saídas igualmente difíceis”, é exatamente essa a situação da formação de professores diante do confronto entre os dois modelos: um centrado nos conteúdos culturais – cognitivos e o outro referido ao aspecto pedagógico-didático, se expressando do seguinte modo: admite-se que os dois aspectos, os conteúdos de conhecimento e os procedimentos didático-pedagógicos devam integrar o processo de formação de professores.

Como, porém, articulá-los adequadamente? A ênfase nos conhecimentos que constituem a matéria dos currículos escolares leva a dar precedência ao modelo dos conteúdos culturais cognitivos. Nesse caso, na organização institucional, seríamos levados a situar a questão da formação de professores no âmbito dos institutos ou faculdades específicas. Inversamente, se o ponto de partida vier pelo modelo pedagógico didático, nos encaminharemos aos cursos no âmbito das faculdades de educação.

No entanto, levando em conta as tentativas feitas desde 1980 a partir do movimento pró – reformulação dos cursos de Pedagogia e licenciatura se constata que as duas saídas apontadas resultam igualmente problemáticas, mantendo o caráter embaraçoso da situação. Tudo indica que na raiz desse dilema se encontra a separação entre os dois aspectos indissociáveis da função docente: a forma e o conteúdo.

Considerando o modo como estão constituídas as especializações universitárias, dir-se-ia que os estudantes, que vivenciaram na educação básica a unidade dos dois aspectos, ao ingressar no ensino superior terão adquirido o direito de se fixar apenas em um deles, isso porque aos aprovados no vestibular de Pedagogia não precisam mais se preocupar com os conteúdos. E os que foram aprovados nos vestibulares das diferentes disciplinas de licenciatura se concentram apenas nos respectivos conteúdos específicos, despreocupando-se com as formas a eles correspondentes. Em decorrência, constata-se que as faculdades de Educação tendem a reunir os especialistas das formas abstraídas dos conteúdos, enquanto os institutos e faculdades correspondentes às disciplinas que compõem os currículos escolares reúnem os especialistas nos conteúdos abstraídos das formas que os veiculam.

Nesse contexto se encontra a raiz do dilema que se estampa pela dissociação entre os dois aspectos que caracterizam a função docente, compreende-se então que ambos os modelos terminam em saídas críticas que não resolvem o conflito em que eles próprios se constituem. Para lidar com a educação que se diz inclusiva, o professor deverá ter conhecimentos específicos. No Brasil, desde 1994, a Portaria Ministerial nº 1.793, é reconhecida a necessidade de “complementar os currículos de formação docente e de outros profissionais que interagem com pessoas com deficiência, recomendando inclusive, inclusão da disciplina”: “Aspectos Éticos – Políticos- Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais, prioritariamente nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as licenciaturas”.

Nesse cenário, a responsabilidade da formação docente também deve ser da universidade, que deverá incluir em seu currículo conteúdos e disciplinas para o atendimento da pessoa com deficiência. A legislação ampara o tema e a LDB nº 9.394/96 conforme artigo 59 reitera orientando que cabe aos Sistemas de Ensino assegurar aos alunos com deficiência: [...] “III professores com especia-

lização adequada em nível médio e superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, LDBEN, artigo 59, Lei Nº 9.394/1996).

Em meio a tantas leis e decretos, entretanto, muitos educadores ainda se dizem inseguros em receber uma criança com deficiência em sua sala de aula, justificando não ter adquirido conhecimentos devido a essa clientela na formação inicial, nem sequer experiência diária, que lhes permitam trabalhar com esse alunado.

Visto que a vida nos coloca diante de inúmeras situações, fica a indagação: é possível aprender com o tempo, por tentativa e erro? É de bom alvitre apontar que há situações em que não se pode errar ou improvisar. Na escola, por exemplo, não é possível ocorrer essa situação. Além disso, cabe ao professor a função de executar as propostas pedagógicas do sistema de ensino garantindo a efetivação do papel social da escola. Por isso, há exigência maior delegada a estes profissionais por parte de pais, do grupo gestor e órgãos superiores que cobram resultados positivos do processo de aprendizagem dos alunos.

Diante de tanta responsabilidade, o professor se sente desafiado a aprofundar seus conhecimentos teóricos e a buscar técnicas que transformem sua prática pedagógica, em virtude da ausência em nosso país de políticas públicas verdadeiramente eficazes para a formação de docentes que lhes propicie pelo menos, conhecimentos básicos sobre a educação de pessoas com necessidades educacionais especiais. Philippe Perrenoud (2000, p. 155) cita: “o exercício e o treino poderiam bastar para manter competências se a escola fosse um mundo estável. ora, exerce-se o ofício em contextos inéditos, diante de públicos que mudam, em referência a programas repensados, supostamente baseados em novos conhecimentos”

A Legislação brasileira ressalta na Lei nº 11.738, datada de 16 de Julho de 2008, regulamentando o piso salarial nacional para

os profissionais do magistério público da educação básica e prevê um limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária de trabalho para o desempenho das atividades com os educandos, proporcionando maior tempo para o professor aprofundar seus estudos e realizar o planejamento.

O Plano Nacional de Educação também prioriza a valorização dos profissionais da educação, citando direcionamentos para a formação docente, dentre eles contato com a realidade escolar desde o início até o final do curso, integrando a teoria à prática pedagógica; inclusão das questões relativas à educação dos alunos com necessidades especiais e das questões de gênero e de etnia e domínio de novas tecnologias.

Ao consignar apoio através da Declaração de Salamanca, aporte firmado na Espanha em 1994, o Brasil optou em partilhar do desejo mundial e assim por em prática o projeto para aceitar e conviver com a diversidade em um mundo inclusivo. Este documento em seu pressuposto básico Declaração de Salamanca (1994, p. 3) assegura que: “num contexto de mudança sistemática, os programas de formação do professorado, tanto inicial como contínua, estejam voltados para atender as necessidades educacionais especiais das escolas”

A realidade confirma que ainda não alcançamos a meta estipulada, estando o Brasil, portanto, longe de oferecer um atendimento educacional igualitário a todos, em virtude da existência de barreiras físicas e principalmente atitudinais impedindo o acesso e a permanência do aluno com necessidades educacionais especiais na escola regular. Deduz-se então, apenas formalizar leis não removem o preconceito, a insegurança e o estigma da “diferença”. Para a efetivação deste atendimento, é necessário, reafirmar-se o compromisso assumido, não só pelos professores, mas, sobretudo pela escola, a Universidades, o poder público, enfim da sociedade em geral.

Os educadores deveriam além de desenvolver competências, administrar sua própria formação continuada, atuar de forma reflexiva. Susan Stainback e Willian Stainback (1999, p. 30) afirmam, “pessoas com deficiência necessitam de instruções, de instrumentos, de técnicas e de equipamentos especializados. Todo este apoio para alunos e professores deve ser integrado – e associado – a uma reestruturação das escolas e das classes”.

De maneira que as instituições escolares passem a administrar o atendimento educacional, reestruturar o currículo prover suporte aos pais e educadores. Nesse cenário, as Universidades necessitam assumir o papel de formadora de profissionais capazes de perceber e aceitar a diversidade atuando com ela. O poder público, efetivar e desenvolver um programa de capacitação e acompanhamento constante aos professores, ofertando recursos pedagógicos e humanos quando necessário. Só assim, a “educação inclusiva” será para todos os alunos, voltada às necessidades do educando, respeitando a diversidade, desenvolvendo suas potencialidades e proporcionando acesso e permanência, sucesso na vida escolar e profissional para o exercício pleno da cidadania.

Alguns Achados

Constata-se que a cinco dos seis professores entrevistados afirmam não se sentirem preparados para a inclusão. Revelam que ainda lhes faltam conhecimentos apropriados para ações pedagógicas condizentes às necessidades dos alunos, ressaltam ainda que se torna difícil fazer adaptações de metodologias se não tem o domínio dos conhecimentos para atuar com os alunos deficientes visuais. Daí a necessidade de formação continuada que ajude os professores a lidarem com essas dificuldades. Sabe-se que a formação não resolve todos os problemas, porém sem ela dificilmente ocorrerá mudanças significativas na atuação pedagógica.

Todos os professores entrevistados reconheceram a importância de uma educação de qualidade para todos, porém o tema inclusão ainda causa desconforto e insegurança. Sendo, portanto, necessário a Universidade pensar em reformular currículos na formação inicial dos professores e melhor preparar os futuros professores nessa perspectiva inclusiva.

Quanto às atitudes sociais, dispensadas às pessoas com deficiência, confirma-se, grosso modo, que formalizar leis não remove o preconceito, a insegurança e o estigma da “diferença”. Os resultados obtidos nesse estudo permitem constatar que formação é algo valorizado pelo docente, porém há ainda uma limitação que necessita ser superada.

Considerações Finais

Neste estudo, procurou-se refletir o paradigma da inclusão de alunos com deficiência visual, tendo em vista o acesso e permanência na escola pública de acordo com a percepção dos professores. Percebe-se que historicamente há um descaso com relação à educação inclusiva tanto no que se refere à formação dos alunos, quanto à formação docente para atuar no cotidiano da sala de aula. Sendo assim, fica evidenciada a precariedade neste campo de conhecimentos e a falta de preparação dos professores para atuar com alunos com deficiência visual. Embora a Legislação aponte uma preocupação com a temática ainda não é suficiente para a efetivação de uma educação inclusiva de qualidade. Isso foi perceptível na fala dos professores que afirma não se sentirem preparados para desenvolver um trabalho pedagógico que contemple a necessidade de dos alunos com necessidades especiais.

A discussão posta aqui é relevante uma vez que contribui para a problemática da inclusão e a necessidade da formação continuada de docentes para trabalhar com a educação inclusiva.

Referências Bibliográficas

ARSÊNIO, Ione. Análise dos obstáculos à inclusão escolar da pessoa com deficiência: uma revisão da literatura especializada. São Carlos: Suprema Gráfica, 2007.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 25 de Outubro de 2011.

BRASIL. Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em 15 de Outubro de 2011.

BRASIL. Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica Disponível em http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6:resolucao-cneceb-no-2-de-11-de-setembro-de-2001&catid=3:documentos&Itemid=4. Acesso em 05 de Mar 2011.

BRASIL. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Brasília, 2008. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm. Acesso em 18 de Mar 2011.

CARVALHO, Rosita Edler. Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico. Porto Alegre: Mediação, 2008.

GLAT, Rosana; FERREIRA, Júlio. Panorama Nacional da Educação Inclusiva no Brasil Para o Banco Mundial. 2003. Disponível em <http://www.bancomundial.org.br>. Acesso 08 de Dez 2011.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva (org.) Reflexões sobre a diferença: uma introdução à educação Especial. 2ªed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003.

MAZZOTA, Marcos J.S. Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas. São Paulo, Cortez, 1996. (208p).

OLIVEIRA, Elinalva Alves de. A educação da criança com deficiência visual. Coleção rede de saberes. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2008.

PERRENOUD, Philippe. Dez Novas Competências para Ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2000, p. 155.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre as necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.